

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300145801	CNPJ 40.432.544/0001-47	
NOME EMPRESARIAL CLARO S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/12/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 268
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 8C.D6.7F.43.E6.2C.E6.2C.59.59.20.3D.D0.AB.F0.F4.28.C5.56.B6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	40432544000147	CLARO S A:40432544000147	57992712001943046	13/06/2019 a 12/06/2022	Sim
Contador	72827890968	RICARDO BASSO GAINO:72827890968	442375476973440242 0	09/02/2018 a 08/02/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:
8C.D6.7F.43.E6.2C.E6.2C.59.59.20.3D.
D0.AB.F0.F4.28.C5.56.B6-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/07/2020 às 11:46:13

9C.4D.0B.EF.E1.6D.56.89
96.3D.08.E4.D1.5D.8E.67

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CLARO S/A
NIRE	35300145801
CNPJ	40.432.544/0001-47
Número de Ordem	268
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	23/04/1992
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2019
Quantidade total de linhas do arquivo digital	93949997

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CLARO S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO GERAL
Número de ordem	268
Quantidade total de linhas do arquivo digital	93949997
Data de início	01/12/2019
Data de término	31/12/2019

DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	140.448.620-87
Nº de Série do Certificado	57992712001943046
Nome do Signatário	CLARO S A:40432544000147
Autoridade Certificadora Emissora	AC SERASA RFB v5
Validade	13/06/2019 a 12/06/2022
Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	728.278.909-68
Nº de Série do Certificado	4423754769734402420
Nome do Signatário	RICARDO BASSO GAINO:72827890968
Autoridade Certificadora Emissora	AC SERASA RFB v5
Validade	09/02/2018 a 08/02/2021

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita operacional, líquida		R\$ 29.503.900.493,24	R\$ 34.638.296.721,11
(-) Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas		R\$ (19.433.535.204,92)	R\$ (19.040.051.264,91)
Lucro bruto		R\$ 10.070.365.288,32	R\$ 15.598.245.456,20
(-) Despesas comerciais		R\$ (6.926.261.836,54)	R\$ (7.282.743.373,15)
(-) Despesas gerais e administrativas		R\$ (2.266.523.601,50)	R\$ (2.695.931.819,57)
(-) Resultado de equivalência patrimonial		R\$ 448.382.135,45	R\$ (10.979.644,30)
Outras receitas operacionais, líquidas		R\$ 3.331.297.089,34	R\$ 520.875.427,63
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuiç		R\$ 4.657.259.075,07	R\$ 6.129.466.046,81
Receitas financeiras		R\$ 1.742.931.732,93	R\$ 844.253.587,54
(-) Despesas financeiras		R\$ (4.605.039.406,49)	R\$ (4.445.954.656,50)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		R\$ 1.795.151.401,51	R\$ 2.527.764.977,85
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes		R\$ (477.394.337,89)	R\$ (351.296.402,22)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos		R\$ 49.047.741,45	R\$ (403.920.043,13)
Lucro líquido do exercício		R\$ 1.366.804.805,07	R\$ 1.772.548.532,50

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL DO ATIVO		R\$ 71.103.507.981,75	R\$ 75.705.888.695,15
Ativo circulante		R\$ 13.093.978.850,85	R\$ 9.557.066.546,42
Caixa equivalente de caixa		R\$ 62.843.917,69	R\$ 132.627.301,91
Contas a receber líquidas		R\$ 4.733.118.869,92	R\$ 4.764.486.900,08
Partes relacionadas		R\$ 3.879.085.339,93	R\$ 2.269.085.710,67
Estoques		R\$ 338.359.774,08	R\$ 295.801.156,98
Tributos a recuperar, líquidos		R\$ 2.810.965.861,48	R\$ 548.643.395,54
Despesas antecipadas		R\$ 802.963.757,96	R\$ 989.317.573,73
Outros ativos contratuais		R\$ 262.931.594,94	R\$ 224.788.586,78
Ativo atuarial		R\$ 0,00	R\$ 135.928.073,64
Outros ativos		R\$ 203.709.734,85	R\$ 196.387.847,09
Ativo não circulante		R\$ 58.009.529.130,90	R\$ 66.148.822.148,73
Tributos a recuperar, líquidos		R\$ 1.739.320.688,94	R\$ 1.836.304.907,10
Tributos diferidos, líquidos		R\$ 7.456.970.444,30	R\$ 7.333.060.018,78
Depósitos judiciais		R\$ 3.288.027.348,16	R\$ 3.373.656.175,60
Ativo atuarial		R\$ 393.675.000,00	R\$ 205.175.926,36
Despesas antecipadas		R\$ 901.583.459,93	R\$ 1.170.325.813,82
Outros ativos contratuais		R\$ 21.950.986,06	R\$ 11.883.344,27
Outros ativos		R\$ 156.946.456,44	R\$ 81.035.915,79
Investimentos		R\$ 1.322.423.798,02	R\$ 1.407.276.284,09
Imobilizado		R\$ 32.399.068.679,92	R\$ 40.662.736.959,19
Intangível		R\$ 10.329.562.269,13	R\$ 10.067.366.803,73
Total do Passivo		R\$ 71.103.507.981,75	R\$ 75.705.888.695,15
Passivo circulante		R\$ 20.088.588.919,28	R\$ 16.646.887.751,21
Fornecedores e outras contas a pagar		R\$ 10.413.497.245,36	R\$ 8.772.706.869,72
Empréstimos, financiamentos e debêntures		R\$ 2.480.463.580,88	R\$ 1.533.502.661,78
Obrigações fiscais, líquidas		R\$ 101.908.855,03	R\$ 86.603.736,39
Provisões		R\$ 424.942.256,21	R\$ 478.409.333,11
Partes relacionadas		R\$ 6.041.790.100,27	R\$ 3.778.398.632,88
Receitas diferidas		R\$ 79.029.219,69	R\$ 50.822.525,18
Passivo atuarial		R\$ 16.216.035,73	R\$ 14.562.678,24
Passivo de arrendamento		R\$ 0,00	R\$ 1.519.640.269,36
Outras obrigações		R\$ 530.741.626,11	R\$ 412.241.044,55
Passivo não circulante		R\$ 35.906.310.307,71	R\$ 42.722.516.408,12

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Fornecedores		R\$ 341.578,91	R\$ 769.880.326,33
Empréstimos, financiamentos e debêntures		R\$ 2.601.198.434,82	R\$ 4.555.078.247,78
Obrigações fiscais, líquidas		R\$ 145.017.918,58	R\$ 145.018.101,98
Provisões		R\$ 7.178.192.746,65	R\$ 7.400.399.401,84
Partes relacionadas		R\$ 24.221.616.764,41	R\$ 22.336.815.143,17
Passivo atuarial		R\$ 1.486.564.345,34	R\$ 2.356.883.672,05
Passivo de arrendamento		R\$ 0,00	R\$ 4.724.383.168,98
Receitas diferidas		R\$ 151.031.610,60	R\$ 125.232.167,19
Outras obrigações		R\$ 122.346.908,40	R\$ 308.826.178,80
Patrimonio Liquido		R\$ 15.108.608.754,76	R\$ 16.336.484.535,82
Capital social		R\$ 18.722.518.418,04	R\$ 18.738.787.871,39
Reserva de capital		R\$ 1.219.758.601,32	R\$ 1.203.489.147,97
(-) Reserva de lucros		R\$ (8.090.099,16)	R\$ 18.292.290,40
(-) Outros resultados abrangentes		R\$ (195.550.697,34)	R\$ (736.029.523,29)
(-) Prejuízos acumulados		R\$ (4.630.027.468,10)	R\$ (2.888.055.250,65)

CLARO S.A.

0951-9239/98/432-5440\$10.00/0

NOTAS E RELATÓRIOS DE DESEMPENHO DE FINANÇAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018. Os valores de reais, sendo os excepcionais de todos os itens.

Descrição	Credenciados			Total
	Salário fixo	Propor- ção de salário variável	Tratamen- to de saúde e outros custos	
Saldo em 31 de dezembro de 2017				
Adições	6.193.277	1.286.853	800.597	8.280.727
Reversões	(3.718.188)	(490.456)	(508.898)	(4.717.542)
Exatos por pagamento de	(3.031.1)	(114.814)	(1.890.002)	(5.035.927)
descontos monetários em	599.578	370.432	29.353	999.363
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Adições	8.002.429	1.645.896	818.969	10.467.294
Reversões	(37.817)	(206.531)	(216.882)	(471.230)
Exatos por pagamento de	(15.038)	(267.875)	(179.811)	(462.724)
descontos monetários	100.000	64.989	38.339	203.328
Ativos por reversão (1)	(2.000)	—	—	(2.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
	8.716.375	1.765.075	893.439	11.374.889

(1) *leia para cima do controle de PUF pela Comissão, verifique Nota 8.*

	Consolidada				Total
	Trabalhista	Trabalhista	Trabalhista	Trabalhista	
	Trabalhista	Trabalhista	Trabalhista	Trabalhista	
Salário em 31 de dezembro de 2013	5.130.808	1.786.872	412.005	9.329.585	
Salário em 31 de dezembro de 2012	(1.215.813)	402.432	928.487	684.806	
Salário em 31 de dezembro de 2011	(5.000)	244.816	110.730	150.532	
Salário em 31 de dezembro de 2010	(89.138)	225.413	28.235	164.510	
Salário em 31 de dezembro de 2009	8.088.010	1.648.977	854.705	10.591.742	
Salário em 31 de dezembro de 2008	29.754	238.326	215.854	444.744	
Salário em 31 de dezembro de 2007	(13.833)	287.873	181.244	255.284	
Salário em 31 de dezembro de 2006	195.781	84.911	36.251	226.943	
Salário em 31 de dezembro de 2005	8.218.037	1.705.389	921.138	10.844.564	

[1] Ein weiterer der diskutierten jüdischen Feiern ist die Dodespriebe, bei welcher

prejuízo em contrapartida, relativa à redução do ICMS das vendas realizadas pela PIS e COFINS, no montante de R\$3.218.383,99 (três milhões, duzentos e dezoito mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), a ser provisionado na rubrica do balanço societário e distribuído a REDEAT-ETI, equivalente ao resultado financeiro).

Fazem também presente em contrapartida, no balanço de 31 de dezembro de 1997, uma redução principalmente a respeito do Imposto de Renda decorrente de operações de compra e venda de PIS e COFINS sobre operações de compra e venda de bens e direitos, a ser liquidada em 31 de dezembro de 1998, pela Fundação Universidade dos Serviços de Telecomunicações FIUTV, bem como a compensação do crédito do imposto de Renda sobre o Rendimento de Lucro Líquido (RL). Referidos presentes decorrentes do disposto no Regulamento, mantidas em exercício até em 31 de dezembro de 1997, com lançamento efetivado a distribuição de sua produção de período para garantir, pela Administração, a sua consistência jurídica.

Depois de 31 de dezembro de 1997:

	Consolidadas		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos jurídicos	3.957.668	3.297.414	3.987.243	3.267.761
Reservas jurídicas	13.565	30.563	15.589	30.563

4. *atributo* indica se Componente é das suas entidades, sendo

[illegible]

subseções locais para a produção de ECRS principalmente sobre o setor

[illegible]

gr3271472 en 31 de dezembro de 2013, segundo o C.M.S. em sua qualidade de advogado, identificado como o representante da empresa.

[illegible]

a) angajarea în IFU și a CELL rezultatelor de servicii și de activități

[illegible]

nesses resultados, porém como previsto (Raj13) não em 31 de dezembro de 2018. Devido ao crescimento do PIB e Cofici,

considerando: A) o cancelamento registrado em nome de PIS e COFINS, considerando a exclusão do recolhimento de contribuição de lucro em cálculo de PIS e de COFINS em valor de R\$1.297.586 em 31 de dezembro de 2013 (PIS: R\$1.605.437 em 31 de dezembro de 2013), sendo tais contornos, portanto, de inteira integridade da contabilidade. Em setembro de 2016, considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 571.308, suscitando a nulidade da espontaneidade prestada à Administração e não constituindo fato novo, entendendo pela validade das prestações efetuadas pelo Claro, os acréscimos de R\$2.916.415, A Claro possui suas contábeis em conformidade com o disposto no código de PIS e COFINS, aplicando no regime não cumulativo, em valor de R\$1.400.000 em 31 de dezembro de 2013 (PIS: R\$485.510 em 31 de dezembro de 2013). Os resultados que se seguem da Contabilidade, assim como apresentados a partir do balanço patrimonial, são os seguintes: a) **PLUST** (PLUST) em valor de R\$1.400.000 em 31 de dezembro de 2013 e b) **PLUST** em valor de R\$1.297.586 atualizados em 31 de dezembro de 2016 e R\$1.400.000 em 31 de dezembro de 2016, considerando em razão da ausência de somatório de lucros e prejuízos de intercessores da base em cálculo do PLUST. A Administração, assim, considerando os fatos ocorridos, não excludendo da base de cálculo.

o número de 11344-42, publicado em 25 de dezembro de 2019.

[illegible]

incluindo serviços de TV por assinatura, e outros serviços, relacionados

[illegible]

contabilizado provisório no valor de R\$17.800,00, não contabilizadas em 31 de

[illegible]

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

[illegible]

See also entries 14 + 21. Photographs of AMMEX. Photographs, images, photos.

[illegible]

AMATEL Input: Per cada casella amb 08 de premses de 107-8 a 11800 oberta o clausurada indicat de 01/01/2017 a 31 de desembre d'aquell any en funció de la data.

[illegible]

uma perspectiva do direito de uso do território das comunidades.

autorizada pelo TSE. Os termos de autorização são válidos até 120 dias corridos, excetuando-se o tempo em que o(a) juiz(a) estiver em férias. A cada início do processo concursal, o(a) juiz(a) pode emitir um novo termo para dar início aos atos processuais. O termo de autorização, portanto, não é prorrogação, mas uma extensão da competência do juiz(a) de origem para o caso de o(a) juiz(a) estar em férias. O termo de autorização não pode ser emitido para o(a) juiz(a) de origem em férias, pois o(a) juiz(a) de origem não pode atuar em substituição dele(a). A autorização é emitida pelo juiz(a) de origem, não pelo juiz(a) de substituição. O termo de autorização não pode ser emitido para o(a) juiz(a) de origem em férias, pois o(a) juiz(a) de origem não pode atuar em substituição dele(a). A autorização é emitida pelo juiz(a) de origem, não pelo juiz(a) de substituição. O termo de autorização não pode ser emitido para o(a) juiz(a) de origem em férias, pois o(a) juiz(a) de origem não pode atuar em substituição dele(a).

desestatizemului din motive economice sau ANATOL, a regimului de securitate socială și de sănătate, acordării unor privilegii speciale

[illegible]

monstrado de 2011 a julho de 2012, com o preço médio de R\$ 579,000.

[illegible]

a) em 2014, 6,8% ou 17 mil alunos desistiram de estudar. A maioria deles não foi aprovada para o próximo ano letivo.

[illegible][illegible]



Claro S.A.
CNPJ nº 40.432.544/0001-47

continuação

Tais estados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, o devido a própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes à informação baseada em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2.711.710	987.497	3.899.207	2.859.752
Provisão para perdas de crédito esperadas	847.891	305.165	1.152.846	901.322
Provisão para contingências	1.380.752	581.291	1.894.143	1.298.019
Tributos com exigibilidade suspensa	478.249	172.022	620.419	420.889
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	73.292	278.615	300.583
Plano atuarial	525.538	193.912	726.409	371.156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54.197	19.507	73.854	—
Outras diferenças temporárias	575.370	207.214	703.184	695.812
	8.866.493	2.998.499	12.999.968	9.973.452
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16.915)	(6.009)	(25.724)	(18.915)
Plano atuarial	(96.575)	(35.031)	(124.866)	(90.419)
Agio em aquisições (2)	(591.553)	(185.839)	(777.389)	(603.264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(543.882)	(185.719)	(728.381)	(494.894)
Depreciação acelerada (3)	(91.312)	(32.872)	(124.184)	(107.758)
Outras diferenças temporárias	(92.329)	(33.231)	(125.464)	(95.271)
	(1.442.741)	(493.901)	(1,958.846)	(1,418.551)
	7.423.752	2.504.598	11,041.122	8,554.901

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8.

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2.722.443	991.260	3,713.803	2,871.232
Provisão para perdas de crédito esperadas	858.616	309.222	1,156.838	903.649
Provisão para contingências	1,283.857	531.769	1,805.446	1,290.349
Tributos com exigibilidade suspensa	478.249	173.292	620.419	420.889
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	73.292	278.615	300.583
Plano atuarial	525.538	193.912	726.423	371.156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54.250	19.534	73.793	—
Outras diferenças temporárias	564.621	217.628	822.149	707.878
	8.844.220	2,975.219	12,916.929	9,950.084
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16.915)	(6.009)	(25.724)	(18,915)
Plano atuarial	(96,575)	(35,031)	(124,866)	(90,419)
Agio em aquisições (2)	(596,835)	(185,839)	(774,148)	(603,264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(548,424)	(187,403)	(745,457)	(499,512)
Depreciação acelerada (3)	(91,312)	(32,872)	(124,184)	(107,758)
Outras diferenças temporárias	(92,329)	(33,231)	(125,464)	(95,271)
	(1,442,520)	(493,710)	(1,958,317)	(1,418,418)
	7,401,699	2,481,508	11,001,612	8,531,665

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2,722,443	991,260	3,713,803	2,871,232
Provisão para perdas de crédito esperadas	858,616	309,222	1,156,838	903,649
Provisão para contingências	1,283,857	531,769	1,805,446	1,290,349
Tributos com exigibilidade suspensa	478,249	173,292	620,419	420,889
Crédito fiscal incorporado (1)	204,423	73,292	278,615	300,583
Plano atuarial	525,538	193,912	726,423	371,156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54,250	19,534	73,793	—
Outras diferenças temporárias	564,621	217,628	822,149	707,878
	8,844,220	2,975,219	12,916,929	9,950,084
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16,915)	(6,009)	(25,724)	(18,915)
Plano atuarial	(96,575)	(35,031)	(124,866)	(90,419)
Agio em aquisições (2)	(596,835)	(185,839)	(774,148)	(603,264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(548,424)	(187,403)	(745,457)	(499,512)
Depreciação acelerada (3)	(91,312)	(32,872)	(124,184)	(107,758)
Outras diferenças temporárias	(92,329)	(33,231)	(125,464)	(95,271)
	(1,442,520)	(493,710)	(1,958,317)	(1,418,418)
	7,401,699	2,481,508	11,001,612	8,531,665

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2,722,443	991,260	3,713,803	2,871,232
Provisão para perdas de crédito esperadas	858,616	309,222	1,156,838	903,649
Provisão para contingências	1,283,857	531,769	1,805,446	1,290,349
Tributos com exigibilidade suspensa	478,249	173,292	620,419	420,889
Crédito fiscal incorporado (1)	204,423	73,292	278,615	300,583
Plano atuarial	525,538	193,912	726,423	371,156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54,250	19,534	73,793	—
Outras diferenças temporárias	564,621	217,628	822,149	707,878
	8,844,220	2,975,219	12,916,929	9,950,084
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16,915)	(6,009)	(25,724)	(18,915)
Plano atuarial	(96,575)	(35,031)	(124,866)	(90,419)
Agio em aquisições (2)	(596,835)	(185,839)	(774,148)	(603,264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(548,424)	(187,403)	(745,457)	(499,512)
Depreciação acelerada (3)	(91,312)	(32,872)	(124,184)	(107,758)
Outras diferenças temporárias	(92,329)	(33,231)	(125,464)	(95,271)
	(1,442,520)	(493,710)	(1,958,317)	(1,418,418)
	7,401,699	2,481,508	11,001,612	8,531,665

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2,722,443	991,260	3,713,803	2,871,232
Provisão para perdas de crédito esperadas	858,616	309,222	1,156,838	903,649
Provisão para contingências	1,283,857	531,769	1,805,446	1,290,349
Tributos com exigibilidade suspensa	478,249	173,292	620,419	420,889
Crédito fiscal incorporado (1)	204,423	73,292	278,615	300,583
Plano atuarial	525,538	193,912	726,423	371,156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54,250	19,534	73,793	—
Outras diferenças temporárias	564,621	217,628	822,149	707,878
	8,844,220	2,975,219	12,916,929	9,950,084
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16,915)	(6,009)	(25,724)	(18,915)
Plano atuarial	(96,575)	(35,031)	(124,866)	(90,419)
Agio em aquisições (2)	(596,835)	(185,839)	(774,148)	(603,264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(548,424)	(187,403)	(745,457)	(499,512)
Depreciação acelerada (3)	(91,312)	(32,872)	(124,184)	(107,758)
Outras diferenças temporárias	(92,329)	(33,231)	(125,464)	(95,271)
	(1,442,520)	(493,710)	(1,958,317)	(1,418,418)
	7,401,699	2,481,508	11,001,612	8,531,665

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2,722,443	991,260	3,713,803	2,871,232
Provisão para perdas de crédito esperadas	858,616	309,222	1,156,838	903,649
Provisão para contingências	1,283,857	531,769	1,805,446	1,290,349
Tributos com exigibilidade suspensa	478,249	173,292	620,419	420,889
Crédito fiscal incorporado (1)	204,423	73,292	278,615	300,583
Plano atuarial	525,538	193,912	726,423	371,156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54,250	19,534	73,793	—
Outras diferenças temporárias	564,621	217,628	822,149	707,878
	8,844,220	2,975,219	12,916,929	9,950,084
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16,915)	(6,009)	(25,724)	(18,915)
Plano atuarial	(96,575)	(35,031)	(124,866)	(90,419)
Agio em aquisições (2)	(596,835)	(185,839)	(774,148)	(603,264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(548,424)	(187,403)	(745,457)	(499,512)
Depreciação acelerada (3)	(91,312)	(32,872)	(124,184)	(107,758)
Outras diferenças temporárias	(92,329)	(33,231)	(125,464)	(95,271)
	(1,442,520)	(493,710)	(1,958,317)	(1,418,418)
	7,401,699	2,481,508	11,001,612	8,531,665

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Provisões fiscais	2,722,443	991,260	3,713,803	2,871,232
Provisão para perdas de crédito esperadas	858,616	309,222	1,156,838	903,649
Provisão para contingências	1,283,857	531,769	1,805,446	1,290,349
Tributos com exigibilidade suspensa	478,249	173,292	620,419	420,889
Crédito fiscal incorporado (1)	204,423	73,292	278,615	300,583
Plano atuarial	525,538	193,912	726,423	371,156
Eleitos do IFRS 16/CPC 40 (R2)	54,250	19,534	73,793	—
Outras diferenças temporárias	564,621	217,628	822,149	707,878
	8,844,220	2,975,219	12,916,929	9,950,084
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(16,915)	(6,009)	(25,724)	(18,915)
Plano atuarial	(96,575)	(35,031)	(124,866)	(90,419)
Agio em aquisições (2)	(596,835)	(185,839)	(774,148)	(603,264)
Eleitos do IFRS 15/CPC 47	(548,424)	(187,403)	(745,457)	(499,512)
Depreciação acelerada (3)	(91,312)	(32,872)	(124,184)	(107,758)
Outras diferenças temporárias	(92,329)	(33,231)	(125,464)	(95,271)
	(1,442,520)	(493,710)	(1,958,317)	(1,418,418)
	7,401,699	2,481,508	11,001,612	8,531,665

(1) Benefício fiscal oriundo da amortização do agio oriundo da incorporação NET, conforme Instrução CVM 379, bem como integração técnica (ICPC 201) emitida pelo CFC, e referido imposto diferido ativo, bem como correspondente a rubrica denominada "Reserva Especial de Agio" no patrimônio líquido no montante de R\$175.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização do agio e integral oriundo das combinações de negócios da Vixus Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e (3) Tel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019		2018		2019		2018	
	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio	Quantidade de ações	% de participação	Quantidade de ações	% de participação
	Resultado do exercício	líquido	Resultado do exercício	líquido	Ordinárias/votes	Preferenciais	Total	Capital votante
Controlados direta/coligado								
Itaú Corretora	(9.464)	394.170			332.106	-	100,00	100,00
IPO	800	(132)			2.828.128	-	90,00	90,00
itb	282.520	375.264			45.578	45.578	100,00	100,00
ItaúCentral	1.554	25.305			99.859	-	100,00	100,00
Itaú	134.899	863.692			3.667	5.294	100,00	100,00
Itaú	14.067	188.881			3.365	-	100,00	100,00
Itaú Argentina	2.001	2.267			20	-	90,00	90,00
Itaú Colombia	3.007	4.600			20	-	100,00	100,00
Itaú Elia	1	(119)			100	-	100,00	100,00
Itaú México	(496)	3.039			50	-	99,99	99,99
	2018		2017		2018		2017	
	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio	Quantidade de ações	% de participação	Quantidade de ações	% de participação
	Resultado do exercício	líquido	Resultado do exercício	líquido	Ordinárias/votes	Preferenciais	Total	Capital votante
Controlados direta/coligado								
Itaú	(1.252)	3.494			508	-	48,00	40,00
itb	(16.511)	1.110.342			199.746	79.666	100,00	100,00
ItaúCentral	(6.438)	14.270			95.829	-	100,00	100,00
Itaú	8.006	115.854			3.262	-	100,00	100,00
Itaú Argentina	764	2.101			20	-	99,00	99,00
Itaú Colombia	3.226	5.723			20	-	100,00	100,00



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)				
	2019	2018	2019	2018
Ativo (passivo) benefícios	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	(2.085.240)	(2.187.448)	(1.587.230)	(1.887.558)
Valor justo das obrigações atuariais	2.359.857	2.381.158	2.075.071	2.093.483
Superávit (déficit) do plano	274.657	273.710	407.841	405.925
Estado da restrição dos ativos do plano	(274.657)	(274.657)	(407.841)	(407.940)
Superávit (déficit) do plano	—	747	—	1.321
Plano de benefício após, líquido	(18.364)	(18.364)	(18.159)	(18.159)
Dívida consolidada	(18.364)	(18.364)	(18.159)	(18.159)
Total do passivo atuarial	(18.364)	(18.364)	(18.159)	(18.159)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Custo das juros	(145.209)	(145.014)	(145.440)	(145.020)
Ganhos/perdas atuariais	(405.096)	(406.657)	(136.841)	(140.933)
Benefícios pagos para ativos do plano	132.878	134.264	120.207	122.214
Saldo final	(2.085.240)	(2.187.448)	(1.587.230)	(1.887.558)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultados sobre ativos do plano	2.075.071	2.083.483	1.885.472	1.903.516
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	231.254	234.170	119.050	122.587
Contribuições da patrocinadora	9.434	9.634	9.752	9.752
Benefícios pagos	(132.878)	(134.264)	(136.841)	(140.933)
Saldo final	2.075.071	2.083.483	1.885.472	1.903.516

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultados sobre ativos do plano, líquido	274.657	273.710	407.841	405.925
Estado da restrição dos ativos do plano do período	(274.657)	(274.657)	(407.841)	(407.940)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo	159.288	151.860	151.860	151.860
2020	151.860	151.860	151.860	151.860
2021	151.860	151.860	151.860	151.860
2022	151.860	151.860	151.860	151.860
2023	151.860	151.860	151.860	151.860
2024 a 2029	151.860	151.860	151.860	151.860

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo	159.288	151.860	151.860	151.860
2020	151.860	151.860	151.860	151.860
2021	151.860	151.860	151.860	151.860
2022	151.860	151.860	151.860	151.860
2023	151.860	151.860	151.860	151.860
2024 a 2029	151.860	151.860	151.860	151.860

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(619)	(603)	(607)	(595)
Juros líquidos passivos (ativos)	112	(24)	259	161
Saldo final	(507)	(627)	(348)	(434)

CLARO S.A.
 Rua Henri Dunant, nº 780 - Trem - A - B
 São Paulo, SP - Brasil
 CNPJ: 06.922.546/0001-43
 www.claro.com.br



CLARO S.A.

Balanc. Patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Valores em milhares de reais.

CLARO S.A., sociedade por ações com Sede Social localizada à Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Bairro Santo Amaro, na cidade de São Paulo, CEP: 04.709-110, inscrita no CNPJ sob o nº 06.922.546/0001-43, vem apresentar, tendo por base as demonstrações financeiras do último exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os seguintes Balancetes apurados:

ÍNDICE	Fórmula para apuração com base nos dados apresentados no Balancete	R\$ (mil)	Valor Apurado
SOLVÊNCIA GERAL	ATIVO TOTAL PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.705.889 59.369.405	1.2752
LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	23.568.510 59.369.405	0.3970
LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE	9.557.867 16.646.838	0.5741
GRau DE ENDIVIDAMENTO	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE ATIVO TOTAL	59.369.405 75.712.969	0.7847
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ATIVO TOTAL - PASSIVO TOTAL	16.356.484	

São Paulo, 27 de abril de 2020.



Bianca Basso Galvão

Gerente de Contabilidade

CRC - PR-040021/0-0-S-SP

9º

TABELÃO DE NOTAS

Est. Marcel, 129 - F. 6º andar - CEP 05447-000 - São Paulo

Telefone: (11) 2206-2400 • 0800 110 1374 • 0800

www.marcel.com.br



Recebemos o 1.º Edital que valor acordado por assinatura
de RICARDO BASSO CARRO, do qual deu fé

Em 14 de março de 2020.

MARCELO CAMPOS DOS SANTOS

São Paulo, 13 de maio de 2020. Valor recebido R\$

• Tabela com o valor da assinatura por valor

9,80



011020AA0629844

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 15 de abril de 2020, às 09:00hs, na sede da Claro S.A. ("Companhia"), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.
2. **CONVOCAÇÃO:** Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.
3. **PRESENCAS:** Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia, e o Sr. Bruno Franco Bianchi, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
4. **MESA:** Nos termos do artigo 7º, §1º, do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. André Santos Correia para secretariar os trabalhos.
5. **ORDEM DO DIA:** I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) discutir e votar a reeleição dos membros do Conselho de Administração; II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2020; (v) homologar o aumento de capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração no exercício social de 2019; e (vi) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES:** Foram adotadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia:
 - 6.1. Os Senhores Acionistas autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do art. 130, da Lei n.º 6.404/76.
 - 6.2. Os Senhores Acionistas aprovaram a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes.
 - 6.3. Em Assembleia Geral Ordinária:
 - 6.3.1. Os Senhores Acionistas aprovaram, sem ressalvas, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ambos na edição de 25 de março de 2020.

6.3.2. Considerando que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi integralmente absorvido à conta de Prejuízos Acumulados, os Senhores Acionistas aprovaram a não distribuição de dividendos pela Companhia.

6.3.3. Face ao término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, os Senhores Acionistas aprovaram a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, os Senhores: (i) **DANIEL HAJ ABOUMRAD**, mexicano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte mexicano nº G14320891, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.297-67, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, permanecendo vago o cargo de suplente; (ii) **CARLOS JOSÉ GARCÍA MORENO ELIZONDO**, mexicano, casado, economista, portador do passaporte mexicano nº G24464916, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.247-06, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, permanecendo vago o cargo de suplente; (iii) **ALEJANDRO CANTÚ JIMÉNEZ**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G18666954, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.307-73, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro e seu suplente **DANIEL ALEJANDRO TAPIA MEJÍA**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G25400559, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.680.397-14, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F.; (iv) **OSCAR VON HAUSKE SOLIS**, mexicano, casado, contador, portador do passaporte mexicano nº G16179650, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; (v) **ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro OAB/RJ sob o nº 39.678 e no CPF/MF sob o nº 416.047.507-82, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Secretário do Conselho de Administração e seu suplente **MARCOS MEDEIROS COELHO DA ROCHA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 81.466 e no CPF/MF sob o nº 010.837.977-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; (vi) **JOSÉ ANTÔNIO GUARALDI FÉLIX**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 56.586.459-2, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.448.620-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial Rua Henri Dunant nº 780, Torre A, 16º andar, Santo Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; e (vii) **JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ**, naturalizado Brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade 30159273-9, expedida pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.557.727-07, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

Presidente Vargas nº 1012, 15º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente.

Os Conselheiros ora reeleitos serão investidos em seus cargos no prazo legal e deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023, ou até que sejam destituídos ou substituídos pela Assembleia Geral. Os Conselheiros reeleitos, presentes à Assembleia, apresentaram Declarações de Desimpedimento, informando não terem qualquer impedimento à assunção dos respectivos cargos, em observância ao disposto no art. 147, §1º a §3º da Lei nº 6.404/76, as quais foram arquivadas na sede da Companhia.

6.4. Em Assembleia Geral Extraordinária:


6.4.1. Os Senhores Acionistas fixaram a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 no montante de até (inclusive) R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), cuja forma de distribuição será estabelecida pelo Conselho de Administração.

6.4.2. Os Senhores Acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata, homologando o aumento do capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 5º, §2º do Estatuto Social, em reunião realizada em 30 de setembro de 2019 na qual foi lavrada a ata e sua certidão registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 622.526/19-4 em sessão de 15 de dezembro de 2019 ("Aumento de Capital").

E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Roberto Catalão Cardoso – Presidente e representante da Administração da Companhia; André Santos Correia – Secretário e Bruno Franco Bianchi, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S/S.. ACIONISTAS: CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, EG PARTICIPAÇÕES S.A. representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A. representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva e CONTROLADORA DE SERVICIOS DE TELECOMUNICACIONES S.A. DE C.V. representada por Alberto de Orleans e Bragança.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo/SP, 15 de abril de 2020.



André Santos Correia
Secretário



CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA CLARO S.A.

CAPÍTULO I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.

Art. 1º. A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **CLARO S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade.

Art. 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14.

Art.3º. A Sociedade tem por objeto social:

- I – Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior;
- II – Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal;
- III – Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais;
- IV – Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social, bem como desempenhar atividade de correspondente bancário;
- V – Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas;
- VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações;
- VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de Serviço de TV por

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares a esses serviços;

VIII – Cessão de capacidade satelital.

Art. 4º. A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – Do Capital Social e das Ações.

Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$18.738.787.871,39 (dezoito bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 88.604.331 (oitenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, trezentos e trinta e uma) ações, sendo 48.419.638 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito) ações ordinárias e 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três) ações preferenciais.

§ 1º. Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

§ 2º O capital social da Sociedade poderá ser aumentado até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização.

§ 3º Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto no §1º. deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto.

§ 5º. As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados.



**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

CAPÍTULO III – Da Assembleia Geral.

Art. 6º. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Art. 7º. As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações.

§ 1º. As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade.

§ 2º. Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76.

§ 3º. As atas serão lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

CAPÍTULO IV. - SEÇÃO I - Da Administração.

Art. 8º. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

SEÇÃO II – Do Conselho de Administração.

Art. 9º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica.

§ 1º. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso.

§ 2º. Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste.

§ 3º. Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavrar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social.

§ 4º. Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração.

§ 5º. Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

§ 6º. Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente.

§ 7º. Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído.

§ 8º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição.

Art. 10. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em

 7

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de video ou audioconferência.

§ 1º. A convocação prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

§ 2º. O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado.

§ 3º. A reunião do Conselho de Administração será presidida preferencialmente por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário.

§ 4º. As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações.

§ 5º. Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei.

§ 6º. As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações.

§ 7º. Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre:

- I - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral;
- II - detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto;
- III - aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável;

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14;

V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas;

VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade;

VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros;

VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações;

IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais;

X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade;

XI - realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor;

XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade;

XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas;

XV - participação da Sociedade em consórcios e associações;

XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração;

XVII – aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão;

XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores;

XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem à R\$ 500.000,00, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e

XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

XXIII – tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.3 do citado Contrato;

XXIV – indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo ao Presidente assim eleito a competência para contratar os demais diretores e (ii) dos órgãos correspondentes em outras entidades de previdência social da Sociedade, estabelecendo os critérios apropriados de inspeção e controle para os mesmos;

XXV – aprovar a celebração, pela Sociedade, de contratos de aquisição de conteúdo de vídeo internacional, bem como a manutenção ou renovação desses contratos;

XXVI – aprovar a alteração de qualquer termo ou condição, término, cancelamento ou não renovação de qualquer contrato ou relação comercial entre a Sociedade e qualquer parte relacionada do Globo Comunicação e Participações S.A., celebrados até 15 de junho de 2012;

XXVII – submeter à deliberação da Assembleia Geral os contratos de prestação de serviços de gerência, incluindo aqueles de assistência técnica, a serem celebrados com o acionista controlador ou com terceiros a tal acionista controlador; e

XXVIII – a emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais (*Commercial Papers*) para oferta pública de distribuição, independentemente do valor.

§ 8º. Nas matérias listadas nos incisos XVI a XIX e no inciso XXI supra, cujo valor por operação esteja abaixo daqueles indicados nos respectivos itens, será dispensada a aprovação do Conselho de Administração, devendo ser formalizados em conformidade com o art. 14 do presente estatuto.

SEÇÃO III – Dos Comitês.

Art. 11. O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Sociedade.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

SEÇÃO IV – Da Diretoria.

Art. 12. A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais diretores com as seguintes designações: "CEO Mercado Empresarial", "CEO Mercado Pessoal", "CEO Mercado Residencial"; "Diretor Executivo Jurídico e Regulatório", "Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional", "Diretor Executivo Administrativo e Financeiro", e "Diretor de Mercado de Atacado".

§ 1º. Os Diretores serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

§ 3º. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor substituído.

§ 4º. Na hipótese da vacância descrita no parágrafo anterior do presente artigo, a Diretoria poderá ser representada por somente 01 (um) Diretor, desde que haja aprovação prévia do Conselho de Administração.

Art. 13. Compete a cada Diretor, além das atribuições eventualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, agir sempre com o cuidado, diligência, ética, lealdade e probidade na condução de suas atividades e das áreas sob sua responsabilidade, sendo responsável cada um pelas seguintes atribuições:

I - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor responsável pela área de atuação e pela unidade de negócio que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração;

II - anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios;

Parágrafo Único. Compete especificamente ao **Diretor de Mercado de Atacado** dirigir todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes à Oferta de

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

Referência dos Produtos no Mercado de Atacado a que se refere o caput do art. 5º da Resolução nº 600 de 08 de novembro de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Art. 14. Exceto pelos poderes e representação isolada especificamente previstos no artigo 13 acima, em todos e quaisquer atos ou documentos que importem em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obriguem, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma:

I - a assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores;

II - a assinatura de 01 (um) Diretor atuando em conjunto com 01 (um) procurador, nomeado conforme o § 1º deste artigo;

III - a assinatura de 02 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados necessariamente por dois Diretores da Sociedade; e

IV - a assinatura de 01 (um) Diretor ou de 01 (um) procurador nomeado conforme o parágrafo primeiro deste artigo, atuando isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, bem como em quaisquer outros atos ou documentos expressamente indicados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das outras formas de representação previstas neste estatuto.

§ 1º. A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do caput deste artigo poderá constituir procuradores, especificando no instrumento de mandato os poderes outorgados e o prazo de duração, que não poderá exceder a 01 (um) ano, salvo para fins judiciais ou para representação em processos administrativos de natureza tributária ou ainda, para representar a Sociedade no caso previsto no inciso IV deste artigo.

§ 2º. A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou um procurador, agindo isoladamente, (a) em juízo ou em assembleias gerais de companhias das quais a Sociedade seja acionista, (b) no endosso de cheques ou documentos para depósito ou cobrança, e (c) perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, sociedades de economia mista não financeiras e concessionárias de serviço público.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

SEÇÃO V – Do Conselho Fiscal.

Art. 15. O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes conferidos por lei, somente será instalado a pedido de acionistas, na forma que faculta o artigo 161 da Lei nº 6.404/76, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. À Assembleia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO V – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.

Art. 16. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei.

Art. 17. Os acionistas farão jus a receber anualmente o dividendo obrigatório em montante equivalente a 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Art. 18. O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

Parágrafo Único. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros.

CAPÍTULO VI – Da Liquidação da Sociedade.

Art. 19. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VII – Disposições Transitórias.

Art. 20. Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

§ 1º. A conversão a que se refere este artigo poderá ser solicitada por meio de comunicação dirigida à administração da Sociedade, impreterivelmente até o dia 16 de março de 2015. Após esta data, os acionistas não terão mais o direito de solicitar a conversão de suas ações de uma espécie para outra.

§ 2º. A conversão será realizada na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e vice-versa, cabendo à Sociedade e seus acionistas controladores tomar as providências necessárias para que não haja violação à proporção legal de ações ordinárias e ações preferenciais.

§ 3º. Encerrado o prazo a que se refere este artigo, e na hipótese de ter havido solicitação de conversão de ações por parte de algum acionista, a Sociedade terá um prazo de 30 (trinta) dias para implementar a conversão referida neste artigo.



CLARO S.A.

CNPJ/MF nº 00.432.544/0001-47 - NIRE 35.300.145.801

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 15 de Abril de 2020

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de abril de 2020, às 09:00h, na sede da Claro S.A. ("Companhia"), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.

2. Convocação: Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.

3. Presenças: Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia, e o Sr. Bruno Franco Bianchi, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S.

4. Mesa: Nos termos do artigo 7º, §1º, do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. André Santos Correia para secretariar os trabalhos.

5. Ordem do Dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) discutir e votar a reeleição dos membros do Conselho de Administração; **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iv) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2020; (v) homologar o aumento de capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração no exercício social de 2019; e (vi) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. Deliberações: Foram adotadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia: 6.1. Os Senhores Acionistas autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. 6.2 Os Senhores Acionistas aprovaram a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes. 6.3. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 6.3.1. Os Senhores Acionistas aprovaram, sem ressalvas, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ambos na edição de 25 de março de 2020. 6.3.2. Considerando que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi integralmente absorvido à conta de Prejuízos Acumulados, os Senhores Acionistas aprovaram a não distribuição de dividendos pela Companhia. 6.3.3. Face ao término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, os Senhores Acionistas aprovaram a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, os Senhores: **(i) Daniel Hajj Aoumrad**, mexicano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte mexicano nº G14320891, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.297-67, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, permanecendo vago o cargo de suplente; **(ii) Carlos José García Moreno Elizondo**, mexicano, casado, economista, portador do passaporte mexicano nº G24464916, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.247-06, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F.; **(iii) Alejandro Cantú Jiménez**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G18666954, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.307-73, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro e seu suplente **Daniel Alejandro Tapia Mejia**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G25400559, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.680.397-14, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F.; **(iv) Oscar Von Hauske Solis**, mexicano, casado, contador, portador do passaporte mexicano nº G16179650, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; **(v) Alberto de Orleans e Bragança**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio de Janeiro OAB/RJ sob o nº 39.678 e no CPF/MF sob o nº 416.047.507-82, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Secretário do Conselho de Administração e seu suplente **Marcos Medeiros Coelho da Rocha**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 81.466 e no CPF/MF sob o nº 010.837.977-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi) José Antônio Gualardi Félix**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 56.586.459-2, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.448.620-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial Rua Henri Dunant nº 780, Torre A, 16º andar, Santo Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; e **(vii) José Formoso Martínez**, naturalizado Brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade 30159273-9, expedida pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.557.727-07, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Presidente Vargas nº 1012, 15º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente. Os Conselheiros ora reeleitos serão investidos em seus cargos no prazo legal e deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023, ou até que sejam destituídos ou substituídos pela Assembleia Geral. Os Conselheiros reeleitos, presentes à Assembleia, apresentaram Declarações de Desimpedimento, informando não terem qualquer impedimento à assunção dos respectivos cargos, em observância ao disposto no artigo 147, §1º a §3º da Lei nº 6.404/76, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. 6.4. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6.4.1. Os Senhores Acionistas fixaram a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 no montante de até (inclusive) R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), cuja forma de distribuição será estabelecida pelo Conselho de Administração. 6.4.2. Os Senhores Acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente ata, homologando o aumento do capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 5º, §2º do Estatuto Social, em reunião realizada em 30 de setembro de 2019 na qual foi lavrada a ata e sua certidão registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 622.526/19-4 em sessão de 15 de dezembro de 2019 ("**Aumento de Capital**"). E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Roberto Catalão Cardoso - Presidente e representante da Administração da Companhia; André Santos Correia - Secretário e Bruno Franco Bianchi, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S/S.. **Acionistas: Claro Telecom Participações S.A.**, representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, **EG Participações S.A.**, representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, **Telmex Solutions Telecomunicações S.A.**, representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva e **Controladora De Serviços de Telecomunicações S.A. de C.V.**, representada por Alberto de Orleans e Bragança. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 15 de abril de 2020.

André Santos Correia - Secretário. JUCESP nº 167.798/20-0 em 28/05/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social da Claro S.A.: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.**

Artigo 1º. A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **Claro S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110. **Parágrafo Único.** A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14. **Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social: I - Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior; II - Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal; III - Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais; IV - Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social, bem como desempenhar atividade de correspondente bancário; V - Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas; VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações; VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de Serviço de TV por assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares a esses serviços; VIII - Cessão de capacidade satelital. **Artigo 4º.** A duração da Sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$18.738.787.871,39 (dezoito bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 88.604.331 (oitenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, trezentos e trinta e uma) ações, sendo 48.419.638 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito) ações ordinárias e 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três) ações preferenciais. **§ 1º.** Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **§ 2º.** O capital social da Sociedade poderá ser aumentado até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização. **§ 3º.** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **§ 4º.** Sem prejuízo do disposto no §1º, deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto. **§ 5º.** As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Artigo 7º.** As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos

diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade. **§ 2º.** Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76. **§ 3º.** As atas serão lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **Capítulo IV - Seção I - Da Administração: Artigo 8º.** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Seção II - Do Conselho de Administração: Artigo 9º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica. **§ 1º.** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso. **§2º.** Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste. **§ 3º.** Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavrar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social. **§ 4º.** Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração. **§ 5º.** Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos. **§ 6º.** Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente. **§ 7º.** Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído. **§ 8º -** O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição. **Artigo 10.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência. **§ 1º.** A convocação prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **§ 2º.** O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado. **§ 3º.** A reunião do Conselho de Administração será presidida preferencialmente por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário. **§ 4º.** As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações. **§ 5º.** Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei. **§ 6º.** As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações. **§ 7º.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre: I - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral; II - detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto; III - aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável; IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14; V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas; VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade; VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros; VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações; IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão; XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores; XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem à R\$ 500.000,00, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; XXIII - tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.3 do citado Contrato; XXIV - indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo ao Presidente assim eleito a competência para contratar os demais diretores e (ii) dos órgãos correspondentes em outras entidades de previdência social da Sociedade, estabelecendo os critérios apropriados de inspeção e controle para os mesmos; XXV - aprovar a celebração, pela Sociedade, de contratos de aquisição de conteúdo de vídeo internacional, bem como a manutenção ou renovação desses contratos; XXVI - aprovar a alteração de qualquer termo ou condição, término, cancelamento ou não renovação de qualquer contrato ou relação comercial entre a Sociedade e qualquer parte relacionada do Globo Comunicação e Participações S.A., celebrados até 15 de junho de 2012; XXVII - submeter à deliberação da Assembleia Geral os contratos de prestação de serviços de gerência, incluindo aqueles de assistência técnica, a serem celebrados com o acionista controlador ou com terceiros a tal acionista controlador; e XXVIII - a emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais (*Commercial Papers*) para oferta pública de distribuição, independentemente do valor. **§ 8º.** Nas matérias listadas nos incisos XVI a XIX e no inciso XXI supra, cujo valor por operação esteja abaixo daqueles indicados nos respectivos itens, será dispensada a aprovação do Conselho de Administração, devendo ser formalizados em conformidade com o artigo 14 do presente estatuto. **Seção III - Dos Comitês: Artigo 11.** O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Sociedade. **Seção IV - Da Diretoria: Artigo 12.** A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais diretores com as seguintes designações: "CEO Mercado Empresarial", "CEO Mercado Pessoal", "CEO Mercado Residencial"; "Diretor Executivo Jurídico e Regulatório", "Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional", "Diretor Executivo Administrativo e Financeiro", e "Diretor de Mercado de Atacado". **§ 1º.** Os Diretores serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **§ 2º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 3º.** Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor substituído. **§ 4º.** Na hipótese da vacância descrita no parágrafo anterior do presente artigo, a Diretoria poderá ser representada por somente 01 (um) Diretor, desde que haja aprovação prévia do Conselho de Administração. **Artigo 13.** Compete a cada Diretor, além das atribuições eventualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, agir sempre com o cuidado, diligência, ética, lealdade e probidade na condução de suas atividades e das áreas sob sua responsabilidade, sendo responsável cada um pelas seguintes atribuições: I - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor responsável pela área de atuação e pela unidade de negócio que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração; II - anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios; **Parágrafo Único.** Compete especificamente ao **Diretor de Mercado de Atacado** dirigir todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes à Oferta de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado a que se refere o *caput* do artigo 5º da Resolução nº 600 de 08 de novembro de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. **Artigo 14.** Exceto pelos poderes e representação isolada especificamente previstos no artigo 13 acima, em todos e quaisquer atos ou documentos que importem em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obriguem, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma: I - a assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores; II - a assinatura de 01 (um) Diretor atuando em conjunto com 01 (um) procurador, nomeado conforme o § 1º deste artigo; III - a assinatura de 02 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados necessariamente por dois Diretores da Sociedade; e IV - a assinatura de 01 (um) Diretor ou de 01 (um) procurador nomeado conforme o parágrafo primeiro deste artigo, atuando isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, bem como em quaisquer outros atos ou documentos expressamente indicados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das outras formas de representação previstas neste estatuto. **§ 1º.** A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do *caput* deste artigo poderá constituir procuradores, especificando no instrumento de mandato

continua →

→☆ continuação

os poderes outorgados e o prazo de duração, que não poderá exceder a 01 (um) ano, salvo para fins judiciais ou para representação em processos administrativos de natureza tributária ou ainda, para representar a Sociedade no caso previsto no inciso IV deste artigo. **§ 2º.** A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou um procurador, agindo isoladamente, (a) em juízo ou em assembleias gerais de companhias das quais a Sociedade seja acionista, (b) no endosso de cheques ou documentos para depósito ou cobrança, e (c) perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, sociedades de economia mista não financeiras e concessionárias de serviço público. **Seção V - Do Conselho Fiscal. Artigo 15.** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes conferidos por lei, somente será instalado a pedido de acionistas, na forma que faculta o artigo 161 da Lei nº 6.404/76, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. À Assembleia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **Capítulo V - Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos: Artigo 16.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 17.** Os acionistas farão jus a receber anualmente o dividendo obrigatório em montante equivalente a 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 18.** O Conselho de Administração poderá determinar o

levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. **Parágrafo Único.** A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. **Capítulo VI - Da Liquidação da Sociedade: Artigo 19.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VII - Disposições Transitórias: Artigo 20.** Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo. **§ 1º.** A conversão a que se refere este artigo poderá ser solicitada por meio de comunicação dirigida à administração da Sociedade, impreterivelmente até o dia 16 de março de 2015. Após esta data, os acionistas não terão mais o direito de solicitar a conversão de suas ações de uma espécie para outra. **§ 2º.** A conversão será realizada na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e vice-versa, cabendo à Sociedade e seus acionistas controladores tomar as providências necessárias para que não haja violação à proporção legal de ações ordinárias e ações preferenciais. **§ 3º.** Encerrado o prazo a que se refere este artigo, e na hipótese de ter havido solicitação de conversão de ações por parte de algum acionista, a Sociedade terá um prazo de 30 (trinta) dias para implementar a conversão referida neste artigo.

Estok Comércio e Representações S.A.											
CNPJ nº 49.732.175/0001-82											
Demonstrações Financeiras											
Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)											
Ativo / Circulante		2019	2018	Passivo e patrimônio líquido / Circulante		2019	2018	Demonstração do fluxo de caixa			
		12.425	15.504			92.049	94.295	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
		351.407	355.960			112.150	103.985	(Em milhares de reais)			
		179.561	156.512			27.604	40.952	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2019	2018
		22.345	20.888			16.529	21.156	Lucro antes do IRPJ e CSLL		66.636	100.195
		6.360	7.785					Ajustes por:			
		572.098	556.649					Depreciação e amortização		30.482	34.900
Não circulante						986	951	Amortização direito de uso - arrendamento		70.012	
Realizável a longo prazo						5.515	5.528	Perda na alienação/baixa de imobilizado		72	1.197
Tributos a recuperar		896	604			26.790	20.781	(Reversão) Provisão para demandas judiciais		(1.466)	7.524
Outros ativos		1.403	1.527			29.700	25.777	Provisão para perdas de estoque		226	2.412
Depósitos judiciais		21.937	29.929			94.781	–	Provisão para devedores duvidosos		235	–
Tributos diferidos		50.833	52.065			26.010	21.705	Pagamento baseado em ações		6.289	(684)
		75.069	84.125			432.114	335.130	Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas		10.657	11.118
Imobilizado		203.282	182.005	Não circulante				Juros/atualização sobre arrendamento		39.629	–
Intangível		10.040	4.757							222.772	156.662
Direito de uso		399.855	–			–	7.510				
		613.177	186.762			–	669				
		688.246	270.887			39.148	36.546	(Aumento) reduções dos ativos operacionais			
Total do ativo		1.260.344	827.536			7.617	8.317	Contas a receber		4.318	(67.466)
						322.397	–	Estoques		(23.275)	(9.937)
						14.428	30.884	Tributos a recuperar		(1.749)	(13.962)
						383.590	83.926	Depósitos judiciais		(1.599)	(6.549)
						815.704	419.056	Outros ativos		1.548	478
								Aumento (reduções) dos passivos operacionais			
								Fornecedores e fretes a pagar		(2.246)	(15.134)
								Salários e encargos sociais		(12.726)	10.106
								Tributos a recolher		(4.627)	(1.674)
								IR/CS pagos		(7.865)	(1.576)
								Demandas judiciais		(6.021)	(2.621)
								Outros passivos		6.846	232
								Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		175.376	48.559
								Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
								Pagamento pela aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível		(58.523)	(25.732)
								Recebimento pela venda de ativo imobilizado		1.396	–
								Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(57.127)	(25.732)
								Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
								Ingressos e (amortização) de empréstimos, líquido		(7.400)	(9.971)
								Pagamento de passivos com arrendamentos - principal e juros		(92.318)	–
								Pagamento de endividamento com partes relacionadas		–	–
								Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(21.610)	(2.162)
								Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(121.328)	(12.133)
								Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.079)	10.694
								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.504	4.810
								Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		12.425	15.504
A Diretoria											
Jaime H. S. Alvarez - Contador - CRC 1SP242452/O-1											
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC. As Notas Explicativas na íntegra e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia.											

H.T.K.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.												
CNPJ nº 14.310.426/0001-56												
Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R\$)												
Balanço Patrimonial		31/12/2019	31/12/2018	Balanço Patrimonial		31/12/2019	31/12/2018	Demonstração do Resultado		31/12/2019	31/12/2018	
Ativo/Circulante		28.904	29.097	Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		215	21.736	Receita Líquida		20	366	
Caixa e equivalentes de caixa		19	372	Impostos, taxas e contribuições		2	10	Custo dos imóveis vendidos		—	(581)	
Contas a receber		952	757	Outras contas a pagar		113	198	(Prejuízo) Lucro Bruto		20	(215)	
Impostos a recuperar		86	148	Empréstimos e financiamentos		—	6.718	Despesas Operacionais				
Despesas antecipadas e outros créditos		81	80	Partes relacionadas		100	14.810	Despesas gerais e administrativas		(29)	(90)	
Imóveis destinados para venda		27.766	27.740	Não Circulante		—	—	Despesas comerciais		(728)	(789)	
Não Circulante		—	242	Patrimônio Líquido		28.689	7.603	Prejuízo Operacional antes do				
Contas a receber		—	242	Capital social		33.353	11.243	Resultado Financeiro		(737)	(1.094)	
Total do Ativo		28.904	29.339	Prejuízos acumulados		(4.664)	(3.640)	Resultado Financeiro				
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		28.904	29.339	Receitas financeiras		30	26	
								Despesas financeiras		(242)	(1.158)	
								Prejuízo Operacional e antes do IR e CS		(949)	(2.226)	
								Imposto de Renda e Contribuição Social				
								Correntes		(75)	(20)	
								Prejuízo Líquido do Exercício		(1.024)	(2.246)	
								Demonstração do Resultado Abrangente		31/12/2019	31/12/2018	
								Prejuízo Líquido do Exercício		(1.024)	(2.246)	
								Resultado Abrangente Total do Exercício		(1.024)	(2.246)	
								Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
								Capital Social		Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
								Saldos em 31/12/2017		11.243	(1.394)	9.849
								Prejuízo do exercício		—	(2.246)	(2.246)
								Saldos em 31/12/2018		11.243	(3.640)	7.603
								Aumento de capital		22.110	—	22.110
								Prejuízo do exercício		—	(1.024)	(1.024)
								Saldos em 31/12/2019		33.353	(4.664)	28.689
								A Diretoria		Contadora - Débora Rosa Periotto - CRC: 1SP231722/O-0		
										As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis na Sede da Empresa		

